



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01/17
2017-01-16

ATA Nº 01/17

1ª Sessão Extraordinária

16 de janeiro de 2017

--- Aos dezasseis dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 1ª sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- 1.a) Expediente e informações.-----

b) Apreciar e votar:

- Ata nº 05/16 referente à 3ª sessão ordinária, realizada em 5 de julho.

- Ata nº 06/16 referente à 4ª sessão ordinária, realizada em 15 de setembro.

--- 2. Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

--- 3. (Proposta nº 1-P/2017) – “Apreciar e votar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2017, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- 4. (Proposta nº 2-P/2017) – “Apreciar e votar a proposta de autorização de cedência gratuita à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, em regime de direito de superfície e pelo período de 50 anos, prorrogáveis, de parcelas de terreno com a área total de 59.500 m2, para concretização do Polo hospitalar de Sintra, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- 5. (Proposta nº 933-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta da extinção da Empresa HPEM, EEM, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º dos Estatutos da mesma, incluindo a assunção dos ativos por parte do Município de Sintra e dos SMAS de Sintra; e tomar conhecimento, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, dos Documentos de Prestação de Contas da HPEM (sociedade em liquidação) referentes ao período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2016, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- 6. (Proposta nº 1070-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de emissão de parecer favorável à criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa Oeste, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- 7. (Proposta nº 1041-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de consagração, em mapa de pessoal da autarquia para 2017, de cinco postos de trabalho na Carreira de Assistente Operacional (área funcional de sapedor florestal), nos termos da respetiva proposta”.-----

--- 8. (Proposta nº 1067-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro para as freguesias no âmbito da disponibilização de autocarros, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- 9. (Proposta nº 1030-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 22.978,90 m2, a destacar do prédio inscrito na matriz



predial urbana sob os artigos nºs 10939, 10940, 10941, 10942, 10944, 10945, 11529 e 11530, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 4277 da freguesia de Algueirão - Mem Martins e consequente divisão do prédio em três parcelas distintas, nos termos da respetiva proposta".

--- 10. (Proposta nº 1055-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de desafetação ao domínio público municipal para integração no domínio privado municipal de três parcelas de terreno no âmbito da alteração aos alvarás de loteamento nºs 18-1996, 2-1997 e 4-1997, nos termos da respetiva proposta”.

--- Presentes, dos Membros da **Mesa**, o Deputado Domingos Linhares Quintas, Presidente da Assembleia; e os Deputados Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês e Rui Miguel Magalhães Castelhana, respetivamente, 1ª e 2º Secretários.

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: António Luís Oliveira dos Santos Lopes; Sara Mariano Godinho; Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto; José Miguel Portelinha Vaz; Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; João José Meira Coelho; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Ramiro da Silva Ramos e Maria Helena Correia Pissarro Cardoso.

--- Pelo Grupo Político Municipal SINTRENSES COM MARCO ALMEIDA – **SCMA**: António d'Orey Capucho; António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas; Francisco Hermínio Pires dos Santos; Maria Antónia Nicolau Miranda Cerca; José Alberto dos Santos Carvalho; Domingos Manuel Miguel Rodrigues; Ana Paula Pereira Amôr de Moura Catarino e Rui Jorge dos Santos Anunciação

--- Pelo Grupo Político do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Hernâni Manuel Marques Carvalho; Ana Isabel Pais Pacheco Valente; Rui Miguel Magalhães Castelhana; Diogo da Rocha Gerales e Rita Susana Mendonça de Barros Vasconcelos.

--- Pelo Grupo Político da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: António Filipe Gaião Rodrigues; Rogério Duarte Cassona; Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro; Inês Regina Moreira Antunes e Mário Filipe Ilhéu Condessa.

--- Pelo Grupo Político do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: João Elviro Matilde da Silva e Maria Helena de Lemos Oliveira.

--- Pelo Grupo Político do CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Luís Manuel Ferreira Fernandes.

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Clarisse Maria Pedrosa Garcia – Casal de Cambra; Rui Franco dos Santos – Colares; Bruno Alexandre Nobre Parreira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; José Estrela Duarte – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Pedro Alexandre de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão - União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; Eduardo Duarte Casinhas – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira, Maria da





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3

Piedade de Matos Pato Mendes, Eduardo Jorge Glória Quinta Nova, Marco Paulo Caldeira de Almeida, José Pedro Dias e Cunha Matias da Silva, Carlos Parreiras Fernandes, *Márcia Cristina Fernandes Chiolas*, Paula Sofia Barreirão Neves e Pedro Manuel da Costa Ventura. -----

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA** -----

--- **PARA CONHECIMENTO:** -----

--- A Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cambra far-se-á representar na presente Sessão pela Sr^a. Clárisse Maria Pedrosa Garcia. -----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães, do Grupo Político Municipal do Partido Social Democrata – PPD/PSD para a presente Sessão, pela Deputada Rita Susana Mendonça de Barros Vasconcelos. -----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **44** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.** -----

--- A munícipe **Maria do Carmo Marques Pinto**, residente em Sintra, referiu: Queria agradecer em primeiro lugar, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, o facto de ter convocado esta sessão extraordinária, dando a oportunidade a nós, munícipes, de participar e expressar aqui a nossa opinião para uma melhor gestão do bem comum dos sintrenses. -----

--- Venho aqui falar de cidadania. Da participação da cidadania na gestão do bem comum, algo que deveria preceder e ser parte intrínseca dessa mesma gestão. Não apenas porque o envolvimento efetivo das pessoas nas decisões públicas as melhora, as torna mais eficazes, mais duradouras mais aceites, mas também como forma de fortalecer o nosso sistema democrático e evitar que o desafeto, o distanciamento, por vezes a revolta, possam ser aproveitadas por pessoas ou por forças políticas cujo único objetivo é precisamente destruir o nosso modelo de convivência. -----

--- Em primeiro lugar, é da minha opinião que a participação cívica pode ser o catalisador de um novo modelo de desenvolvimento económico e social, mais justo, mais eficaz e mais sustentável. -----

--- Tudo o que tem sido feito neste Concelho, pelas autoridades responsáveis pelo mundo associativo, pela sua cidadania, é positivo e louvável. A instituição dos processos de consulta, a abertura desta Assembleia à intervenção da cidadania, o orçamento participativo da União de Freguesias, o Conselho Estratégico Empresarial, a Assembleia Municipal Jovem, entre outros, são exemplos de boas práticas destinadas a envolver a cidadania na vida pública do Município. -----

--- Mas, eu vou mais longe enquanto cidadã deste Município e coloco aqui ao vosso juízo a oportunidade e a conveniência de ser dado um passo qualitativo nesse envolvimento: não apenas a sua consagração, enquanto princípio, mas também a sua institucionalização como norma em determinadas políticas públicas, as quais beneficiariam e muito caso a cidadania pudesse tomar parte ativa no processo da sua conceção e execução. -----

--- Penso no turismo, provavelmente um dos maiores ativos deste concelho. Porque não podemos estar todos envolvidos na definição e execução do modelo de turismo que queremos? Quanto conhecimento, quantas competências, quantos recursos, quanta experiência, quanto entusiasmo é às vezes



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4

Q

desaproveitado por deixar de fora a cidadania na definição do que possa ser a política do Concelho em relação a uma das suas principais fontes de rendimento? E a mesma reflexão pode ser feita a propósito da educação, da inovação e do empreendedorismo, da cultura do Património e do ambiente. -----

--- Conseguir um maior impacto na vida das pessoas é o objetivo da participação cívica. E o maior impacto só se consegue transformando os cidadãos em decisores, em corresponsáveis, em vez de serem meros destinatários ou beneficiários. -----

--- Sou consciente de todos os obstáculos e inconvenientes que existem relativamente a estas propostas. Dir-me-ão que já se faz muito e que estamos no bom caminho. Que as pessoas não se querem envolver. Que o processo de decisão se torna mais pesado. Que há dificuldades técnicas e operacionais. Mas eu estou certa que existe nesta sala imaginação, vontade e disponibilidade suficientes para ultrapassar todos esses obstáculos. E não apenas porque é mais positivo. Como referi, é também para evitar que o distanciamento, a desconfiança, a insatisfação permanente, o alheamento ou os efeitos perversos que a economia desregulada e globalizada está a provocar na vida das pessoas, possam ser capitalizados por alguém ou por uma força política cujo objetivo é, como se tem visto, regredir naquilo que é o nosso modelo de convivência. Não é uma ameaça simples, nem uma simples ameaça. É uma realidade que nos desconcerta a nós cidadãos, que nos sacode, nos interpela e nos obriga a sair da "política que sempre, como sempre e pelos de sempre" para imaginarmos respostas que possam contrariar o desafeto e mobilizar as pessoas. E um maior envolvimento e corresponsabilização da cidadania, na gestão daquilo que é do interesse de todos, é um poderoso elixir para lutar contra essas formas de populismo que estão a brotar um pouco por todo o mundo, em especial nas economias mais desenvolvidas. -----

--- Termino lembrando que Sintra é Património da Humanidade. Dela formam parte, não apenas monumentos, paisagens ou tradições, mas também valores e princípios. Por que não incluir nesse Património que, com orgulho mostramos aos milhões de turistas que nos visitam, o valor da participação da cidadania enquanto pedra angular da liberdade, da democracia, da justiça, da igualdade e do progresso? -----

--- No final do ano temos eleições autárquicas. É uma boa ocasião para que os representantes políticos aqui presentes proponham iniciativas que associem efetivamente as pessoas tanto à definição das políticas, dos seus interesses prioritários, como à gestão das políticas públicas assim definidas, porque eu estou certa de que este passo, qualitativo, no processo de decisão pública irá melhorar a gestão do bem comum dos sintrenses. Isso é uma garantia de progresso. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito obrigado Senhora D. Maria do Carmo Marques Pinto. É realmente importante a sua intervenção e a nossa vereação desde o primeiro momento que a teve em conta. Nós achamos que tem que haver um balanço, um equilíbrio, entre aquilo que é a confiança num mandato representativo e aquilo que é a participação direta dos cidadãos, na definição das políticas que lhes dizem respeito. Citou ali um exemplo de participação: O Conselho Estratégico Empresarial. Esse é um bom exemplo, aliás, foi com essa iniciativa que a Câmara de Sintra ganhou, no ano passado, a nível nacional, o 1º prémio em termos de inovação. Conselho Estratégico Empresarial que já deu efeitos: quando se vê o nosso concelho de Sintra a ser, em todo o país, o concelho que em valor absoluto mais exportações aumentou nos últimos dois anos. 20,1%, mais de 340 milhões no aumento de exportações, quando a Área Metropolitana de Lisboa desce 5,6%, quando Lisboa desce cerca de 18%, quando Oeiras desce ainda mais e Cascais tem um aumento muito pequeno, muito embora as exportações de bens de Cascais sejam muito pequenas. O Conselho Estratégico



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5
M
A
O

Empresarial não é alheio a esse êxito, pelo contrário, porque há uma participação intensa. Mas não é só o Conselho Estratégico Empresarial. Temos o Conselho Estratégico Ambiental, que é de uma participação importantíssima, quando coloca frente a frente, os representantes da Câmara e os representantes do Ministério. Depois, quando fala do Património Mundial, temos o Conselho de Opinião, recentemente designado. Conselho de Opinião que tem das pessoas mais capazes e mais competentes em termos de Património, sentadas à volta da mesa, a participar nas políticas do Património Mundial, a fazer a ligação à UNESCO e a gerir essa ligação. Depois, temos o Sintra Resolve, que permite aos munícipes reportar problemas que encontrem no espaço público. Desde a sua criação até ao momento, a Câmara já recebeu mais de 3.000 chamadas, das quais 2.920, números de ontem, foram resolvidas. É uma participação enorme, é uma grande responsabilização do cidadão em relação aos serviços camarários. Mas existe uma outra forma de participação, talvez mais visível, que é a desmaterialização do licenciamento: Hoje, qualquer cidadão, na sua casa, através da plataforma Sintra Urbanismo Online, pode consultar informação e tratar de assuntos relacionados com processos de licenciamento, por exemplo, saber onde está o seu projeto, há quanto tempo entrou. Portanto, tem possibilidade de fazer o acompanhamento do seu projeto. Isto relativamente aos projetos que entraram mais recentemente. Este é um aspeto muito importante. -----

--- Quanto ao orçamento participativo, quero-lhe dizer que não concordo com um certo tipo de orçamento participativo e concordo com outros. Por que é que nós não fizemos orçamento participativo logo desde que chegámos? Porque, no primeiro ano do nosso mandato, tivemos que pagar as dívidas, tivemos que acabar com as três empresas municipais que davam 13 milhões de euros de prejuízo por ano e que ainda deixaram uma dívida de 15 milhões. Nós não tivemos tempo sequer para lançar novos projetos, nem falar em orçamento participativo, porque o que era necessário, era regularizar a dívida da Tratolixo, regularizar a dívida da HPM, pagar a dívida do Polis Cacém, de 30 milhões e pagar mais tarde a dívida à caixa de 12 milhões e meio. Foram cerca de 60 milhões de dívidas pagas. Foi o que nós tivemos que fazer, sob pena do orçamento participativo não ter ali um efeito muito positivo. -----

--- Quero-lhe dizer o seguinte: Se me disser que o orçamento participativo deve ser uma verba abstrata lançada, como por exemplo, de termos 500 mil euros, ou 1 milhão de euros, eu não concordo com isso. Discordo, inteiramente, porque isso não é bem um orçamento participativo. Isso significa colocar na mão de grupos organizados a capacidade de falar pelos outros. Agora, se me disser que, como aconteceu na União de Freguesias que citou, que se abre um momento em que as pessoas dizem que projetos é que querem e depois há uma seleção dos projetos e na parte final da seleção dos projetos, eles são postos a votação, eu concordo com esse orçamento participativo. Aí eu estou de acordo com esse tipo de orçamento participativo, mas nunca foi isso que foi reivindicado. Este tipo de orçamento participativo que ao mesmo tempo defende minorias, mas também leva a participação da maioria da população, estou de acordo. Mas com base em projetos concretos. Portanto, eu acho que tudo o que é chamar a cidadania e ligação de cidadania, é uma ajuda positiva. Se a Senhora tiver mais ideias nesta área, não hesite em apresentá-las. -----

--- Falou do Conselho Municipal da Juventude. Claro que esse é um aspeto importante. Já tivemos uma reunião e vamos marcar outra. -----

--- Relativamente ao turismo, não sei se sabe, mas nesta altura, temos 35 milhões de euros de investimento em novos hotéis. -----

--- Um outro aspeto importante que há pouco não citou é o de que para evitar populismos, nós temos também que integrar as pessoas nas nossas comunidades, o que temos vindo a fazer. Sintra foi considerado como um dos concelhos na primeira linha do auxílio humanitário e integração de refugiados.



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

W
6
JH
Q

Portanto, nós não temos dúvida nenhuma do perigo que corremos se não soubermos atrair as pessoas e chamá-las à participação de cidadania.-----

--- O munícipe **Jorge Dinis Rosa**, residente em Aqualva, referiu: Venho por este meio e como pai de duas crianças a frequentar a escola EB Doutor António Torrado, em Aqualva, do agrupamento de Escolas de Aqualva e Mira Sintra, solicitar os seguintes esclarecimentos e eventuais propostas. Estes esclarecimentos já foram solicitados no dia 29 de setembro de 2016, através de e-mail e até à data aguardo resposta. Primeiro ponto: No início do ano letivo a escola funcionou com um horário composto por dois turnos, manhã e tarde. Contudo, agora, no decorrer do ano letivo, o horário foi alterado, quando as famílias já se encontravam organizadas. De uma certa forma, gentilmente, alteraram-se as regras a meio do decorrer do ano. O porquê da imposição de aplicação de um horário que não tem qualquer mais-valia, acarretando inquietações aos pais, às famílias, a professores e restante pessoal? Isto sem falar da verba que a Câmara desperdiçou com esta obra efémera no interior do recinto escolar. De referir que a escola António Torrado tem presentemente, cerca de 400 alunos, em vez dos normais, 180 alunos que, em regra, as outras escolas primárias do concelho de Sintra têm. Isto é o dobro dos alunos. Foi assim vontade, ao que sei, da Câmara, a imposição de um horário, designado por normal, para todas as escolas do concelho. Esta mudança tem por base as diretrizes do Ministério de Educação. O horário passou assim a funcionar das 9:00 horas às 17:30 horas, exatamente o horário de trabalho da maioria das pessoas, mas é para apoio da família, porque o dito horário é normal e para ajudar as famílias. No meu caso, para se poder deixar a criança 30 minutos antes do início da aula, terá a minha família que desembolsar 2 vezes 49 euros, pois tenho dois filhos, num total de 98 euros. Agradeço então assim a ajuda facultada por esta Câmara! A meu ver, descarta-se assim desta responsabilidade e remete a responsabilidade para o ATL. Contudo, pergunto se não seria possível a escola assegurar um maior alargamento de tempo para o acolhimento dos alunos, sendo, julgo eu, essa a sua responsabilidade. Quero reforçar que não aceito de todo a mudança de horário, nem a alteração à escola. A lei é clara: "excecionalmente poderão as turmas, funcionar em regime duplo, só manhã ou tarde, quando o espaço físico disponível não permite a organização em regime normal". Na verdade fez-se um gasto avultado para a redução do espaço de recreio e campos de jogos, para impor a permanência dos meninos mais tempo na escola, em vez de estarem com as famílias ou de outras atividades igualmente enriquecedoras, ao invés de terem espaços adequados para a prática de desporto, uma vez que já vi 3 turmas a utilizar o espaço de jogos. Relativamente ao horário, eu, por exemplo, tenho um menino inserido no ensino especial que, após as aulas se deslocava a quatro terapias. Agora não o posso fazer. Terá sido refletida a implantação de monoblocos contínuos à via pública junto a um espaço comercial, o LIDL ali existente, inadequadamente sobre os campos de jogos em que anteriormente tinham desafogo no espaço de recreio? Observando a entrada da escola, esta em nada mudou. Preserva a entrada através de uma porta de ferro, em vez de um portão que permita uma saída em segurança, saída essa que desemboca para um passeio de 1,20m. Facilmente se imagina o que é a saída às 17:30 horas, com pais e filhos, cada um no seu lado da barricada a tentar ver e a ser visto. As AEC supostamente funcionariam entre as 16:30h e as 17:30h, contudo, encontram-se todas "embrulhadas" no seu dia e na sua hora. O horário das AEC veio a sofrer alterações recentemente, passando a um só bloco o que era normal por regra, tendo sido esta a proposta apresentada em reunião de pais pelo Senhor Diretor, José Henriques. Agora com a autonomia do agrupamento, julgo que se resolve baralhando os horários pelas AEC e passando a aparecer no meio de do horário letivo.-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7
M
JA
9

--- Em relação ao espaço exterior, não muito digno, na Rua Manuel Francisco existe um primeiro passeio frente à escola com 1,20m, como já fiz referência e há estacionamento longitudinal. É um espaço muito pequeno que poderia eventualmente ser corrigido. No final da rua existe o ecoponto, não se colocando assim a questão do eventual alargamento do passeio. No início da Rua António Nunes Martins, verifica-se a sobreposição de ecoponto, passadeiras e a ausência de passeio, isto para reforço de colocação de postes de iluminação e telecomunicações a meio do passeio. Na Avenida Infante Dom Henrique, entre a Rua José Afonso e a Rua Amílcar Cabral, coloca-se que o perfil do arruamento é bastante largo, o que dá azo a que os automobilistas circulem a maior velocidade. Presentemente foi efetuada uma intervenção levando duas das passadeiras. Pergunto, porque não o mesmo tratamento de passadeiras junto à Rua José Afonso que de outra forma não se nota o aumento de velocidade? Segunda questão: Por que não reduzir o alargamento da faixa de rodagem com a criação de bolsas de estacionamento, tal como fizeram noutros locais?-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação à segunda parte da sua intervenção pedimos o favor de a entregar por escrito, para analisarmos e respondermos. Quanto à primeira parte, como sabe, o horário é fixado por despacho normativo do Governo, sendo depois o horário aplicado pelas escolas. Portanto, a escola que refere deve ter conhecimento do que aqui acaba de dizer. Da parte da Câmara, o que fizemos foi tentar com um esforço enorme 32 novas salas de aula, das quais 5 para a sua escola. Acontece que, no caso infeliz da sua escola, as salas de aula foram um pouco mais tarde, pelo que o horário só pôde ser fixado mais tarde e portanto, no seu caso, tem razão, pois infelizmente é um caso anormal, porque todos os outros em que nós fizemos só um turno, tem havido muitos agradecimentos. Agora a fixação é da escola que executa de acordo com um despacho normativo e nós fazemos os edifícios como nos compete fazer.-----

--- A munícipe **Ana Rita António Gomes Antunes**, residente em Sintra, referiu: Eu vivo na Estefânia e deve ser das poucas casas habitadas na Estefânia, pelo menos como habitação permanente. Crianças com mochila às costas, naquela rua e na Estefânia inteira, são raras. Mas sou uma apaixonada por Sintra, adoro Sintra, adoro esta Serra e é isso que me traz aqui: A minha preocupação por esta Vila tão bonita. Sintra é linda, mas, neste momento, está-se a tornar quase insuportável viver na Vila. A quantidade de turismo e a forma desorganizada como o turismo na Vila de Sintra se processa, está a tornar-se um tormento para quem cá vive. Sintra que é muito bonita e precisa de turismo, sim senhora, e confesso que quando falam em novos hotéis para Sintra, eu assusto-me mais neste momento do que consigo ficar contente. Gostaria de vos alertar e pedir para pensarem e pensarmos em conjunto, para um modelo de turismo para Sintra. Eu penso que Sintra tem que ter um turismo de qualidade, mas essa é a minha visão e, neste momento, isso não está a acontecer, não sei quantos de vós vive em Sintra, na Vila ou na Estefânia, mas, neste momento, ao fim de semana vemos pessoas que não podem tirar o carro, não se consegue ir às compras, porque depois não se sabe se leva uma hora ou duas a chegar a casa. É impossível convidar amigos para jantar em casa, porque é impossível saber se eles vão ter ou não lugar para estacionar. Portanto, Sintra, a Vila e a Estefânia precisam de turistas, mas também precisam de pessoas para viver. Mas, é preciso compatibilizar estes dois usos. É fundamental! Se chegarem num dia de agosto à Vila de Sintra, vão ver uma quantidade enorme de turistas, completamente assustados, porque não sabem se vão alugar um carro de dois lugares, uma carrinha, uma bicicleta elétrica, ou se vão a pé com um mapa. Para não dizer que quando não querem nada, alguma da oferta turística existente,



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8
ul
JA
Q

ainda é mal-educada para os turistas que aqui vêm. Portanto, acho que é muito urgente um modelo de gestão do turismo para Sintra. É esse apelo que deixo aqui, para que pensem na Vila de Sintra como uma vila tão bonita que tem que oferecer turismo de qualidade. -----

--- Por último, deixo nota que o Sintra Resolve é de facto uma ferramenta muito boa. Eu própria já a utilizei duas ou três vezes, deixando também um apelo para que se faça uma nova aplicação, mas para sugestões e não apenas para reclamações. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: É realmente um problema que se coloca e penso que não seja só em Sintra. Em Lisboa também se verifica o mesmo tipo de protestos. Nós estamos a tentar disciplinar o que é possível disciplinar, ou seja, os tuk-tuk, através de um regulamento, também os cartazes, enfim, estamos a fazer aquilo que podemos fazer. Agora, não podemos alterar o Acordo de Schengen, porque Schengen permite a entrada de turistas, ou não turistas. Portanto, a única coisa que podemos realmente fazer, é disciplinar internamente, o que estamos a fazer. Em relação aos hotéis, eu acho que é uma boa maneira de fixar as pessoas. O problema de Sintra é que as pessoas vinham e iam-se embora, normalmente para Cascais ou para Lisboa. Com os hotéis que estão a ser feitos, que são quatro, dos quais três grandes hotéis, vai haver um aumento muito grande da oferta turística e é isso que nós devemos querer. Agora, há um problema que tem razão e que é um problema seríssimo, que é o trânsito. É um problema que não é de agora, mas agora está muito agravado, porque nós, no ano passado, tivemos 5 milhões de pessoas na Vila de Sintra, que é uma coisa absurda. Os novos parques de estacionamento, alguns já estão em vigor, outros que vão estar abertos, também o problema do silo que não resolve, mas que com tempo com certeza irão chegar a "bom porto". Não podemos é fazer tudo em três anos, mas tem razão, temos de ir fazendo. -----

--- Foi declarado o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**. -----

--- Ponto 1.a) da Ordem de Trabalhos: **"Expediente e informações"**. -----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (**doc. nº 1**). -----

--- A Assembleia tomou conhecimento. -----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **"Apreciar e votar"**: -----

--- **Ata nº 05/16 referente à 3ª sessão ordinária, realizada em 5 de julho** -----

--- **Ata nº 06/16 referente à 4ª sessão ordinária, realizada em 15 de setembro** -----

--- **VOTAÇÃO**: -----

--- **Ata nº 05/16: aprovada por unanimidade** -----

--- **Ata nº 06/16: aprovada por unanimidade** -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal**. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9
W
JA
Q

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que por ocasião do falecimento do Dr. Mário Soares, a 07 de janeiro de 2017, a Assembleia Municipal, através da Mesa e dos Líderes do Centro Democrático e Social-Partido Popular (CDS-PP); Bloco de Esquerda (BE); Partido Social Democrata (PSD); Movimento independente, Sintrenses com Marco Almeida (SCMA) e Partido Socialista (PS), subscreveram um Voto de Pesar, tendo o mesmo sido remetido à família. (doc. nº 2).-----

-----
--- Foi cumprido um minuto de silêncio.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro**, referiu: O debate sobre a descentralização, a propósito da transferência de competências para as autarquias locais, promete preencher atenções. Da nossa parte, não negamos, que sempre defendemos que a descentralização de novas atribuições e competências e uma clara e transparente limitação de responsabilidades entre vários níveis da administração, constitui condição para elevar a eficácia da resposta e a capacidade de resolução de problemas nos vários domínios e contribuirá para pôr fim, ou reduzir, a permanente indefinição de responsabilidades alimentadas pelos Governos, quer do PS, quer do PSD, com ou sem o CDS, prática essa inserida na desvalorização dos serviços públicos. Recorde-se que a questão que se coloca, entretanto, é que a descentralização não pode ser considerada em abstrato. A fronteira que separa a possibilidade de se traduzir em vantagens para as populações e maior capacidade de resposta aos seus direitos ou, pelo contrário, em prejuízo destes objetivos é ténue e delimitada por um conjunto de pressupostos que não é possível ignorar. A exigência de uma efetiva descentralização que o PCP defende e sempre defendeu, tem sido acompanhada pela disponibilidade das autarquias para examinar as possibilidades e condições para a sua concretização. Por outro lado, só é possível a partir de uma postura séria e rigorosa e que tem de consistir num apurado trabalho de avaliação das matérias em questão. Definir com rigor as atribuições e competências a transferir e a sua natureza, calcular os meios necessários à sua concretização e prever a sua evolução a médio prazo, bem como as suas implicações administrativas e jurídicas, constituem os primeiros e principais objetos dessa avaliação. Na verdade, atribuições, poderes e competências, meios financeiros, humanos e materiais, constitui uma unidade integrada indissociável. Unidade esta permanentemente ignorada no processo que, sempre em nome da descentralização, se tem traduzido em transferência de encargos e alijamento de responsabilidades do poder central, aliás, um expediente para reduzir ou negar direitos essenciais mesmo em matéria de funções sociais do Estado. Para definição das atribuições e competências a transferir é condição principal a verificação de que as matérias respetivas não prejudiquem o carácter universal de políticas correspondentes a funções sociais do Estado, o que implica por seu lado, uma observação seletiva e restritiva de delimitação de competências em áreas como a saúde, educação ou proteção social. A proximidade do nível de administração é, sem dúvida, um valor importante, mas não é em si mesmo um valor absoluto. Se os meios a transferir não corresponderem, como aliás não têm correspondido nem há garantias de que venham a corresponder, ao nível de exigência da prestação de serviços a assumir pelo poder local; se os recursos para a execução das responsabilidades não derem garantias de um nível de qualidade superior àquele que hoje é alcançado, então o processo de transferência de competências não passará de um novo logro com prejuízos para autonomia do poder local e, mais importante que isso, para a população, traduzindo-se na prática, na continuidade da desresponsabilização da Administração Central daquilo que é a sua missão e dever.-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...

--- O **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão**, referiu: Eu vou utilizar estes poucos minutos que tenho à minha disposição, porque sinto necessidade, nesta casa, de comunicar aquilo que se passou. Enquanto Presidente Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem e como Deputado tenho necessidade deste desabafo. No dia 4 de julho, as minhas instalações da Junta de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, foram invadidas por elementos da Polícia Judiciária. O presidente da Junta "bandido" (sou eu que digo e mais ninguém) estava num esquema de corrupção, favorecimento, tráfico de influências, peculato, associação criminosa, porque tinha "contratos de fachada". Como devem calcular a minha revolta é enorme, porque "quem não deve não teme" e estou aqui para dizer a todos, nesta casa, na qual eu tenho a honra de ser deputado, que covardemente houve alguém neste concelho que enviou cartas anónimas para o Ministério Público em Sintra, acusando-me de ter "contratos de fachada" dos quais usufruí para ser eleito Presidente da Junta. Acreditem que eu nunca faria uma coisa dessas e felizmente o trabalho que tenho à frente da Junta, dá-me ânimo e penso que não necessito destas situações para ser Presidente de Junta. Venho aqui hoje, porque não tive outra oportunidade e eu não queria esperar pela sessão de abril para comunicar aos meus colegas da Assembleia que o processo foi arquivado por falta de provas. Fui investigado durante oito dias. Acho que a Judiciária tem mais com que se preocupar e também acho que o cargo de Presidente da Junta de São João é um cargo muito importante e é uma pessoa muito relevante neste país. Quero afirmar, perante todos e para que o nosso Concelho saiba, que o Guilherme Leão nunca roubou nada, nem nunca se favoreceu de ninguém. Arquivado por falta de provas completas! -

--- O **Líder do PS, Deputado António Luís Oliveira dos Santos Lopes**, referiu: Umas breves palavras em nome da bancada do Partido Socialista para enfocar, de uma forma realmente sucinta, a perda que o Partido Socialista, e diria que o país, teve com o recente falecimento do Dr. Mário Soares. Não venho aqui falar do currículo do Dr. Mário Soares. Como é óbvio, outros seriam mais competentes para isso, mas penso que toda a gente conhecerá aquilo que foi a sua vida enquanto combatente no tempo do Estado Novo, enquanto Estadista, enquanto Primeiro-Ministro e Presidente da República. Portanto, não venho aqui evocar aquilo que foi a carreira de um grande estadista, de um grande português. Venho aqui apenas salientar um aspeto que me parece fundamental, o da sua atuação e do seu exemplo para futuro. Com efeito, obviamente que o Dr. Mário Soares, como eu diria, como a esmagadora maioria e todos os políticos, homens de estado, de facto não era uma pessoa consensual. Não procurou sequer esse consenso nem dentro do seu partido, nem fora do seu partido e isso foi positivo para Portugal, não só internamente, mas até externamente, dado o seu exemplo, a sua lucidez e a sua escolha nos momentos em que teve que efetivamente efetuar escolhas difíceis, como todos nós sabemos. Mas, há uma coisa que sempre foi para o Dr. Mário Soares uma bússola, e que eu gostaria de hoje aqui sublinhar. Essa sua bússola foi efetivamente a defesa que fez intransigentemente, e em qualquer das circunstâncias, do valor da Liberdade. Não aquela liberdade que serve para ornamentar discursos e que muita gente usa, por vezes, a despropósito por tudo e por nada, não! A conceção de uma liberdade real, concreta, que é preciso ir para a rua, que é preciso sacrificar-se, que é preciso colocar-se em questão, precisamente para dar liberdade ao outro de discordar de mim próprio. Penso que esse foi o grande exemplo do Dr. Mário Soares, lutar, para que até aqueles que não concordavam com ele pudessem ter a liberdade de discordar de si. Essa é a verdadeira liberdade. É aquela que permite aos nossos adversários continuar a ter ideias, continuarem a ter projetos, continuarem a poder defendê-los sem nenhuma tutela, sem nenhuma espécie de coação, sem nenhuma espécie de impedimento. Há alguns projetos políticos que colocam no cerne da



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11
[Handwritten signature]

sua ação a igualdade. Há outros projetos políticos que colocam no cerne da sua ação o progresso económico, ou a justa distribuição de riqueza. Tudo isso é válido, tudo isso é importante. Soares colocou o valor da liberdade, porque sem essa liberdade não há verdadeira igualdade, não há progresso que justifique a sua supressão e os socialistas sabem bem porquê. Defenderam-na antes e depois do 25 de Abril, defenderam-na ontem, como continuarão a defender hoje, no futuro e sempre que ela esteja em causa. Obviamente que hoje em dia já sentimos, nós socialistas, a falta da figura do Dr. Mário Soares. Penso que uma grande parte do país também sentirá essa falta. Mas creio que vamos senti-la ainda mais de uma forma coletiva e, sobretudo quando olhamos para o mundo em que vivemos e o conjunto de "nuvens negras" que infelizmente se aproximam. Aí sentiremos ainda mais a sua falta, quando necessitarmos, naquelas encruzilhadas que a história por vezes nos proporciona, de alguém que venha, uma vez mais, ser uma voz firme, ser uma voz determinada, ser uma voz de incentivo face às ameaças que a democracia e a nossa liberdade possa sofrer. E não, não é um dado adquirido! Não, como a história nos está a comprovar, neste momento, não é um dado adquirido! A democracia e a liberdade conquistaram-se e defendem-se e devem continuar a defender-se. Todos nós certamente, eu, pelo menos, sinto "arrepios na espinha" quando oiço, hoje em dia, nomeadamente os mais jovens, e certamente que não será por culpa deles, será por culpa nossa, porque ainda não lhes conseguimos transmitir alguns desses valores, quando acham que efetivamente tudo isto é um dado adquirido e que a liberdade total de que dispõem, e ainda bem, é qualquer coisa que surgiu do nada e não houve ninguém que tivesse que lutar por ela, que não houve ninguém que tivesse que sacrificar-se para que eles a possam ter. Nós só seremos dignos do Dr. Mário Soares e do seu exemplo, enquanto obviamente secretário-geral do Partido Socialista que foi, Primeiro-Ministro, Presidente da República e do que o Dr. Mário Soares nos legou, quando, nesses momentos que efetivamente se aproximam e que vão necessitar desse nosso empenho, vão necessitar desse nosso suplemento de alma, quando nós formos efetivamente capazes de dizer como ele dizia "...só é vencido, quem desiste de lutar...". Nós socialistas, no concelho de Sintra, no país e mesmo na Europa, da forma como obviamente todos nós vamos ser interpelados num futuro bem próximo, para saber se queremos realmente continuar num projeto de paz e de desenvolvimento, nós socialistas, em Sintra, no país, nesta Europa em construção, nunca desistiremos de lutar e dessa forma, obviamente, pretendemos que o legado do Dr. Mário Soares nunca seja esquecido. -----

--- O **Deputado Hernâni Manuel Marques de Carvalho**, do **PSD**, referiu: Como até prova em contrário as pessoas inocentes devem ser respeitadas. Venho solidarizar-me com o Senhor Presidente de Junta que aqui veio penitenciar-se, como se por absurdo tivesse que o fazer. Apresento-lhe aqui os meus mais sinceros respetos. Sei o que é ser vítima de uma mentira, sei o que é ser vítima de uma denúncia anónima na Polícia Judiciária e sei o que é ser absolvido por falta de provas, porque não é possível ir exigir à Polícia Judiciária que faça um julgamento para dizer: "Não! Não é por falta de provas! É por inocência. Portanto, quero-lhe prestar publicamente a minha homenagem, não só porque que o Senhor, tanto quanto a polícia diz, não tem nada que se lhe aponte, como por ter que vir aqui explicar-se perante esta Assembleia e os sintrenses. Vive-se pouco a solidariedade neste país e cada vez se aprende menos e se ensina menos às gerações que aí vêm. Se calhar por isso às vezes estranhámos determinado tipo de comportamentos. -----

--- Eu estou a falar a título pessoal, porque não falo em nome de partido nenhum. Depois, com vossas excelências deverão saber, alguns, acontece que sou jornalista. Depois, como vossas excelências, deverão saber, alguns, acontece que tenho opinião e até acontece que sou pago para dar opiniões. Mas,



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

12
u
AA
J

aqui, venho partilhar aquilo que sinto. Eu nunca votei no Partido Socialista. Tenho amigos em todos os quadrantes políticos, mas nunca votei no Partido Socialista. Nunca calhou, nunca houve um momento emocional em que eu me sentisse levado a isso e em 1975 e 1976 ainda não tinha direito a voto. Mas, quero-vos dizer que, acontece que sou jornalista, mas para o ser, devo-o a quem quis que houvesse uma democracia em Portugal. E quem quis que houvesse uma democracia em Portugal, foram os militares num primeiro momento, que depois entregaram o poder político aos políticos. Meus caros amigos, podemos não gostar de muitas coisas que o Dr. Soares decidiu, como não gostamos de muitas coisas que os nossos pais decidiram, como não gostamos de muitas coisas que os nossos filhos decidiram, mas há duas coisas que eu sei que o Dr. Soares tinha, aliás, tive oportunidade de privar com ele profissionalmente e só, portanto, venho aqui publicamente agradecer ao Dr. Soares ter-me dado o direito de exercer jornalismo de uma forma livre e de não ser obrigado a estar vinculado a uma unidade sindical. -----

--- O **Líder do Grupo SCMA, Deputado António d'Orey Capucho**, referiu: A notícia era esperada, mas não deixou de nos perturbar intensamente a todos - mesmo a muitos daqueles que foram adversários ou não simpatizavam com Mário Soares - pois é inquestionável que muito lhe devemos na construção do regime democrático e na restauração das liberdades. Como todas as grandes figuras políticas, Mário Soares não foi isento de polémicas, designadamente na trajetória final do seu percurso. Mas não podemos esquecer, entre outras facetas positivas da sua longa vida política, pelo menos três acontecimentos determinantes, nas quais tive o privilégio de participar a seu lado ou no apoio à ação que desenvolveu. Desde logo recordo a participação ativa de Mário Soares nas lutas da oposição democrática ao regime anterior, nomeadamente nas campanhas eleitorais da CEUD em 1969 e da CDE em 73, que tive a oportunidade de apoiar. Mário Soares contribuiu com estas ações e em muitas outras iniciativas contra o regime, sempre de forma muito corajosa que lhe custou as maiores provações pessoais e profissionais, para o derrube do regime anterior e a instauração de um regime democrático em Portugal a partir do 25 de Abril de 1974. Depois, a seguir à revolução dos cravos, muito devemos ao contributo de Mário Soares e do PS no sucesso do combate à tentativa desesperada das forças radicais no sentido de reverterem a revolução para um regime totalitário de esquerda, combate esse culminado no célebre comício da Fonte Luminosa e depois na derrota daquelas forças em 25 de Novembro de 1975. Assim se abortou o que poderia ter sido, sem exagero, uma guerra civil de proporções imprevisíveis. Recordo ainda o papel relevante nesta luta assumida também pelo então PPD sob a liderança de Francisco Sá Carneiro, ao lado de Mário Soares e de outras forças democráticas, numa época em que tive a honra de estar ao lado deste na direção do Partido, tudo sem prejuízo da ação primordial e decisiva do sector democrático das Forças Armadas. Finalmente, destaco o empenho pessoal e ativo de Mário Soares, numa época em que tive a honra de integrar o Governo por ele presidido, nas negociações para adesão de Portugal à então CEE, permitindo quebrar o isolacionismo a que fomos votados durante décadas no regime anterior. Foram três momentos políticos decisivos da nossa vida política recente, em que importa recordar o papel de excecional importância protagonizado por Mário Soares na defesa da democracia e da liberdade. Aqueles que, como eu, viveram longos anos num regime totalitário em que os direitos e liberdades individuais eram inexistentes, são especialmente sensíveis às lutas políticas que permitiram a restauração da democracia e a recuperação das liberdades. Mas temos também a obrigação de sublinhar a importância das conquistas democráticas da revolução junto das gerações mais recentes, em contraste com o iníquo regime iníquo anterior, especialmente tendo em conta que os mais novos não tiveram a mesma vivência do que aqueles que atravessaram aquele período negro da nossa história. Com a morte de Mário Soares, a vida política



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13

portuguesa fica mais pobre. A toda a família, em especial aos filhos Isabel e João Soares, bem como aos netos, cuja participação com grande dignidade nas cerimónias fúnebres muito me impressionou, bem como ao Partido Socialista, apresento, em nome do meu Grupo Político, as nossas mais sentidas condolências. Espero que descanse em paz. Viva a República, Viva Portugal.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao voto de pesar pela morte do Dr. Mário Soares, já por proposta minha, a Câmara Municipal, por unanimidade, o aprovou e o enviou à família. Obviamente que nesse voto se diz claramente o papel imprescindível que o Dr. Mário Soares teve na consolidação da liberdade, da democracia e da adesão de Portugal à Europa. Foram os dois grandes momentos de uma vida, em que o Dr. Mário Soares entra na história e ficará seguramente na história do Portugal democrático. Mas, eu queria acrescentar aqui um ponto que não foi mencionado e que merece ser referido. É verdade que o Partido Socialista esteve na primeira linha do combate pela liberdade. É verdade que o PSD, até antes do Dr. Sá Carneiro, também o esteve. Mas, não é menos verdade que o CDS, de Freitas do Amaral e de Amaro da Costa, esteve na primeira linha da defesa da liberdade e foi talvez o primeiro partido que sofreu pela ausência de liberdade no pós 25 de Abril. Recordo aqui o Congresso do Porto, Congresso esse, onde me honrei de estar a lutar pela liberdade. Recordo aqui tudo o que foi uma vida de luta pela liberdade, onde em qualquer dos comícios realizados, não houve nenhum sem violência física. Era uma grande injustiça, que esse CDS de Diogo de Freitas do Amaral e de Amaro da Costa, em que modestamente contribui, não fosse hoje aqui citado como um grande defensor e um grande lutador pela liberdade em Portugal. -----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: O CDS/PP, na sequência do voto de pesar que foi aqui apresentado, sublinha a pessoa, a figura do Dr. Mário Soares, como um político de referência em Portugal e que obviamente a história nunca apagará. Permitam-me dizer que, na altura, em 1975, eu, um jovem com 14 anos, quando me deparei com aquela personagem, tive a noção que tinha pela frente um homem que emanava coragem, coragem para criar em Portugal um regime democrático ao lado das forças que queriam, na verdade, ter uma solução democrática para o país e senti que ele era um aliado de quem pensava na liberdade de expressão e na procura de nos enquadrarmos com o projeto europeu. É indiscutivelmente alguém que, e repito, como jovem que eu era, o jovem que andava a estudar no liceu, senti que de facto ali podia ter alguém onde nos pudéssemos amparar no equilíbrio de pensamento político, no equilíbrio de reflexão e num combate, que depois se veio a evidenciar mais tarde, contra as forças que afinal de contas queriam pôr em Portugal novamente o regime totalitário, de índole de esquerda, que obviamente o CDS sempre combateu. E faço aqui a "ponte" do já sublinhado pelo Senhor Presidente da Câmara: De facto, o CDS também lá esteve a "dar a cara" quando foi preciso, e sofreu como outros sofreram também, aquilo que foi o "radicalismo" praticados por alguma esquerda que, de facto, não tinha o sentimento democrático que se exigia. Mário Soares será, com certeza, identificado como o senador da política portuguesa. Acho que se focar aqui Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, não deixarão também, com certeza, de considerar que são pessoas que deixaram uma marca política, por aquilo que nos ensinaram, com aquilo que nos transmitiram e que, infelizmente, atualmente, poucos o conseguem fazer. E digo isto, sem qualquer ligação ao partido que represento, mas, no cômputo geral, de facto, é uma pena vermos que de maneira geral, os políticos portugueses deixam muito poucas marcas juntos da população, aliás, a descolagem política revela isso. Cada vez mais, o descrédito dos portugueses é evidenciado, desculpem dizê-lo, pela falta de qualidade



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...

que homens como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa transmitiram. O respeito pela democracia, a vivência democrática, é uma coisa que Mário Soares deixou aqui, e curiosamente foi mentor, durante um período de tempo, com o governo do CDS. Curioso, ainda hoje muita gente mais nova me pergunta: "mas isso existiu? Foi possível?" Foi possível porque era preciso para Portugal, um governo que soubesse equilibrar as contas, que soubesse "aguentar" o país e mantê-lo à "tona de água" num projeto europeu. Com certeza que o Senhor Presidente da Câmara sabe melhor do que eu evidenciar essa altura, porque, aliás, fez parte desse Governo. Portanto, deixando aqui o sublinhado e o respeito que a pessoa merece e que o CDS sublinha na divergência, não deixou de ser um homem que consideramos que foi um marco para a nossa democracia. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação em simultâneos os Pontos 3 e 4 da Ordem de Trabalhos. -----

--- O **Líder do Grupo SCMA, Deputado António d'Orey Capucho**, fez um **ponto de ordem à Mesa**, referindo: A Câmara Municipal, no dia 20 de dezembro aprovou e bem a Proposta nº 1055-P/2016 que se refere à passagem dos terrenos em causa no ponto 4 da O.T. do domínio público municipal para o domínio privado municipal. Posteriormente, aprovou a proposta hoje em debate, sobre a cedência gratuita. Ora quando aprovou a proposta anterior, da passagem do público para o privado, como é natural e é da lei, refere que vai submeter à Assembleia esta proposta, coisa que não fez. Parece-me que isto está ferido de irregularidade. Se estou enganado, peço desculpa. Se não estou enganado e porque não quero nem perturbar, nem muito menos boicotar o que quer que seja, muito especialmente o referente a qualquer equipamento de saúde, mas, se tenho razão, ou seja, se é preciso primeiro a Assembleia aprovar a passagem do domínio público municipal para o privado municipal e só depois votar a cedência gratuita, estamos disponíveis para agendar concomitantemente os dois pontos, ou seja, para agendar adicionalmente este que me parece faltar hoje na agenda e votá-lo já hoje. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Deputado António Capucho, se me permite e pessoalmente, queria felicitá-lo pela sua nomeação para a Fundação Berardo. É uma excelente nomeação e quero desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do seu novo cargo. Temos realmente uma questão com a Fundação Berardo, que vem de trás, mas estou convencido que com a sua nomeação vamos resolvê-la rapidamente. Muitos parabéns e muitas felicidades para o seu novo cargo. -----

--- Quero-lhe dizer agora o seguinte: Agradeço a sua intervenção, pela forma clara e pela maneira como a colocou, mas se me permite, vai perder sentido, porque nós vamos retirar as duas propostas e vamos explicar porquê. Rapidamente, a questão é o seguinte: Quando nós entendemos que a nova unidade hospitalar era uma necessidade urgente no nosso concelho, preparámo-la para a sua execução. E era realmente uma necessidade urgente. Independentemente de saber o que cada um de nós pensa, há um facto que surge à vista de todos. Nós não podíamos continuar e não podemos continuar a ver pessoas de Sintra 14 horas à espera numa urgência. Meses e meses para uma consulta, alguns anos por uma cirurgia. Podíamos ter feito e tentado fazer isto no Governo anterior, mas não o podemos fazer, porque mesmo os cinco centros de saúde que propusemos no Governo anterior, como é sabido, depois de assinados os protocolos, verificámos que não havia verba e perdemos quase três anos. Só agora com o novo Governo é que houve a verba respetiva e já foi possível começar a executar um dos centros de



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saúde. Em relação ao hospital isso não era possível. Portanto, quando este Governo tomou posse, uma das primeiras iniciativas que tomamos junto do Senhor Ministro da Saúde, foi colocar-lhe esta questão. Um Hospital Central não era possível. Efetivamente não era, como não foi durante todo este tempo. Houve uma altura para fazer esse debate, como o Senhor Deputado bem sabe, quando o Hospital foi para Cascais, mas não agora. Claro que se pode protestar, claro que se pode escrever cartas, mas, o que é importante, não é protestar, é ter uma unidade para responder às necessidades. Creio que esse desígnio era suficientemente forte para unir todos e o Senhor disse ali que era incapaz de se colocar contra qualquer equipamento de saúde. E saúdo-o por isso, porque essa é realmente a questão. Quer dizer, quando nós falamos de uma unidade hospitalar que tem urgência a funcionar 24 horas sobre 24 horas, 365 dias por ano, quando nós olhamos para um hiato que tem todos os meios de diagnóstico, quando nós olhamos para uma unidade hospitalar que vai ter todas as consultas, até psiquiatria que não existe no Amadora/Sintra e Pedopsiquiatria, quando nós temos cirurgia ambulatória praticamente de todas as especialidades, quando temos pelo menos 60 camas e já estamos a discutir a possibilidade e queremos 120 camas, para preparar o futuro, para que esta unidade hospitalar seja o primeiro passo do amanhã, temos que estar todos juntos, para querer mais, para pedir mais, exigir mais, à medida que as coisas se vierem a verificar. Todos compreendemos que é muito melhor termos uma unidade hospitalar, hospital ou Polo hospitalar, chamem-lhe o que quiser, o que é importante é que tenham os serviços e que a nossa gente possa usufruir desses serviços. Estava convencido e continuo ainda, que isto é um projeto que une todos e que nos ajuda a ir mais longe. Quando fizemos este projeto, vimos o terreno. Nós com um terreno que é do domínio público, na Cavaleira, com 59 mil metros quadrados, entendemos que ali era o sítio ideal, tanto mais que era um terreno que estava destinado à área verde e nós vamos inaugurar dia 25 de abril um parque urbano, do outro lado da rua, com 3 hectares e portanto nada ficava prejudicado. Há um loteamento ali, de particulares e desde o primeiro momento nós entendemos que era óbvio que os particulares tinham todo o interesse em dar autorização, porque valorizava os lotes de terreno, porque saía do domínio público para utilidade pública, saía de espaço verde para o hospital, não saíria de espaço verde para unidades comerciais ou quaisquer outros. Era claramente o domínio público e portanto, teriam todo o interesse em dar autorização. Os serviços da direção municipal contactaram os proprietários e foi entregue uma declaração aos donos do terreno para que assinassem, autorizando, ou dando possibilidade de não levantarem qualquer problema na passagem de zona verde para o hospital. Foram dizendo, sim senhora, que achavam bem e que até queriam dar um outro terreno à Câmara. Quando nós soubemos que era necessária essa autorização, eu pedi para virem ao meu gabinete e realizou-se uma reunião, onde simpaticamente assinaram a declaração e nós ficámos tranquilos. Portanto, no dia útil anterior a esta Assembleia, vêm com uma carta do advogado, dizendo que foram pressionados, que não viram a documentação. Tudo mentira, do princípio ao fim e com testemunhas! Não só não foram pressionados, como o documento foi entregue com 3 semanas de antecedência. A pergunta é: "porque é que o fazem?" Bom, é evidente que se vai saber o que é que está por de trás disto, porque vamos mesmo ter que o saber. O que está aqui são declarações falsas prestadas perante a entidade pública que eu considero até injuriosas. Obviamente que vai seguir para a Polícia Judiciária e vamos ter aí um grande debate é óbvio, mas, entretanto, perante isto, nós podíamos perfeitamente ir para a frente, pois esta declaração não vale nada, só que os "inimigos" do hospital, porque os há, pessoas, com certeza que estão de costas voltadas para os mais básicos interesses da população, de uma mesquinhez sem nome, que os há, iriam colocar uma providência cautelar e o hospital que é o mais importante para as populações, deixava de o ser para ser, obviamente, os problemas inerentes a esta questão. Porém, se querem travar o hospital, não vão



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



.../...

SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

travar, porque eu retiro hoje estas 2 propostas, mas o hospital vai-se fazer e naquele lugar. Portanto, o que vai acontecer é que nós não queremos isto, sabemos o que vamos fazer e será feito na altura própria. O hospital há de ser feito ali, com redobrada vontade e até mais, se não fosse ali, até já tínhamos dois terrenos alternativos. Agora, que vai haver hospital, isso vai e aqueles que não o querem fazer vão ter uma profunda derrota que não é a nossa vitória, é a vitória das pessoas, dos nossos munícipes que necessitam de apoio médico e não têm tido até hoje. Vamos retirar as propostas, não vamos dar palco a quem quer ter pedras na engrenagem e vamos fazer tudo o que devemos fazer. Na altura própria Senhor Doutor e querido amigo e todos que estão aqui, saberão o que vai ser feito e vão ver como é como vai ser feito.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal**, referiu que na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, as Propostas referente ao Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 2-P/2017*) – “**Apreciar e votar a proposta de autorização de cedência gratuita à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, em regime de direito de superfície e pelo período de 50 anos, prorrogáveis, de parcelas de terreno com a área total de 59.500 m2, para concretização do Polo hospitalar de Sintra, nos termos da respetiva proposta**”; e-----

--- Proposta referente ao Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 1055-P/2016*) – “**Apreciar e votar a proposta de desafetação ao domínio público municipal para integração no domínio privado municipal de três parcelas de terreno no âmbito da alteração aos alvarás de loteamento nºs 18-1996, 2-1997 e 4-1997, nos termos da respetiva proposta**” foram retiradas.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que se iria apreciar agora o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: A questão que me traz aqui tem a ver com algumas dúvidas e algumas preocupações que advém face aos 6 milhões de euros que o município necessita de imputar no projeto do Polo hospitalar. Surgem aqui algumas dúvidas em relação à necessidade de retirar 1,6 milhões de euros, quer na área da política de requalificação urbana, quer na área da requalificação da recuperação do parque urbano social, quer em relação à qualificação na área escolar, de obras de reparação da parte da gestão escolar, onde está aqui uma questão que como o Senhor Presidente sabe, para mim, é muito importante, que é a requalificação energética. E estamos a falar em meio milhão de euros, ou seja, estamos aqui a falar em mais de 3 milhões de euros nestas duas áreas e aquilo que me deixa muito preocupado e eu peço-lhe a sua compreensão na necessidade de dar a todos esse esclarecimento, se esta imputação de verbas para o projeto do Polo hospitalar, que sublinho e subscrevo totalmente aquilo que disse anteriormente, mas não deixa de ser para nós uma preocupação, saber se isto vai fazer com que estas verbas vão reduzir, à partida parece-me que sim, obras e trabalho que o município vai pretender fazer. Acho que é uma dúvida que surge no nosso espírito com naturalidade.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: É realmente uma dúvida legítima, mas quero esclarecer que não vai diminuir rigorosamente nada. Nesta altura, nós estamos a evitar aumentar o orçamento. A partir de abril haverá o encerramento das contas e imediatamente se



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dotará as várias rubricas com todo o dinheiro que for necessário, para que sejam exercidas as competências que aqui estão previstas. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro**, referiu: Nós vínhamos preparados para fazer a discussão do conjunto dos pontos 3 e 4 da OT: A revisão orçamental e a desafetação do terreno, inclusivamente trazíamos uma proposta, que posteriormente poderemos apresentar em reunião de Câmara, para de alguma forma, podermos viabilizar a proposta da Câmara em relação ao terreno. -----

--- Relativamente à revisão orçamental, é conhecida a nossa posição de que não acompanhamos a Câmara Municipal nesta matéria. E não acompanhamos, porque, aliás, como disse na intervenção relativa à descentralização de competências, entendemos que é competência da Administração Central a construção de um hospital público em Sintra e tanto quanto sabemos, não existe, ou não é do conhecimento público, um protocolo que confirme ou infirme aquilo que são o conjunto das valências que o Senhor Presidente da Câmara e outros têm vindo a anunciar para o novo Polo hospitalar. Portanto, sem protocolo, penso que também é difícil estarmos a votar o que quer que seja para sabermos se efetivamente o conjunto de valências pode de alguma forma ser aceitável no quadro. A nossa posição é conhecida e é a posição que adotámos desde sempre. Não a adotámos só agora, a menos de um ano das eleições. A nossa posição é a posição coerente de sempre, de há muitos anos e muitas vezes sozinhos na defesa do novo hospital público em Sintra. Vamos manter essa posição, porque entendemos que é aquilo que os sintrenses esperam e aquilo que os sintrenses necessitam. Nós também temos vindo a sublinhar, em coerência com essa posição e relativamente ao Polo hospitalar, que onde não surgisse um hospital público em Sintra que de facto correspondesse às necessidades e que não obrigasse à deslocação de uma parte da população para um eventual novo piso no hospital, cuja parceria público-privada ainda vai ser sujeito a concurso internacional e vamos ver quando é que o novo piso no Hospital de Cascais vai estar construído, entendemos e dissemo-lo aqui que ao não ser construído um verdadeiro hospital público que tivesse correspondência às necessidades e exigências da população de Sintra surgiriam os privados a ocupar esse lugar. Nós obtivemos informações que o Senhor Presidente, se tiver conhecimento disso, poderá naturalmente confirmar ou desmentir, se assim o entender, que um grupo privado de saúde, nomeadamente, o grupo Mello Saúde, está a projetar um investimento no concelho de Sintra para uma unidade de saúde privada. Portanto, onde não surge um hospital público que realmente corresponda às necessidades da população de Sintra, surgirá o interesse e o aproveitamento dos privados das carências existentes. Soubemos, que ao que parece, o grupo Mello Saúde irá proceder a um investimento e até soubemos que possivelmente o projeto dessa unidade hospitalar já está nos serviços da Câmara e até nos foi dito que o projeto dessa unidade está a ser feito por um gabinete de arquitetura que projetou outros hospitais públicos que estão em parceria público-privada, cujas parcerias público-privadas este Governo estará a tratar de prosseguir. Estamos a falar do gabinete de arquitetura que projetou os hospitais em parceria público-privada de Vila Franca de Xira, o hospital Beatriz Ângelo, em Loures e o hospital de Barcelos. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação às alterações orçamentais, como disse o Deputado Hugo Janeiro, é a posição da CDU de sempre, é coerente, agora, não vale a pena ligá-lo ao problema de saber, ou não qual é o protocolo, porque vai saber qual é o protocolo que será publicado quando estiver assinado. No entanto, para assinarmos o protocolo





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós temos de ter a verba que dele consta. É isso que está em causa. Nós não podemos assinar o protocolo sem ter a autorização da Assembleia para disponibilizar os dois milhões e meio previstos. -----

--- Em relação ao hospital, quero-lhe dizer o seguinte: O grupo Mello comprou a antiga Schering que estava abandonado e infelizmente não temos ainda nenhum protocolo. E queria dizer ao Senhor Deputado que não é só o grupo Mello, pelo contrário, o grupo Trofa Saúde está muito mais adiantado e ainda bem. Outros que venham! O que é importante é tratar as pessoas e se têm acordos com o Estado e se têm seguros, ainda bem que é assim. Agora o problema do nosso hospital é óbvio: é por situações destas que nós durante este período todo não temos nem hospital, nem nada! Nem uma VMER existia! As pessoas morriam no passeio com paragens cardiorrespiratórias, porque não tinham ambulância. Como é que isso era possível! Nem centros de saúde! Portanto, tem lógica que nós tenhamos o hospital Amadora/Sintra aliviado, tem lógica que os jovens e as senhoras do Norte do concelho vão todos para Cascais, mas a urgência não. A urgência é a nossa. Podem ir a qualquer urgência, mas a consulta é a nossa, podem ir a qualquer consulta, mas a cirurgia ambulatória é a nossa. É a isto que é importante responder e é o que nós estamos a fazer. Venha connosco! Agora, uma posição mais cómoda era não fazer nada e juntar-me a si a protestar. A verdade é esta: nós não nos limitámos a estar a protestar, mas se quiser também podemos protestar. Queremos é a unidade hospitalar!-----

--- O **Líder do BE, Deputado João Elviro Matilde da Silva**, referiu: O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta revisão orçamental.-----

--- Um município como Sintra, o 2º município deste país, com cerca de 400 mil habitantes, tem direito a um hospital público e temos todos que lutar por esse hospital. Esta bandeira não pode efetivamente cair em nome de que já há um Polo hospitalar. Tem que se prosseguir e unir forças para lutar por esse hospital. Evidentemente, que nós não estamos de acordo que em nome da luta por esse hospital se desprezem conquistas que podem ser importantes. Evidentemente, que é bastante mais importante a existência do Polo hospitalar do que não termos nada e continuarmos na mesma. Agora é preciso nesta negociação ter em atenção muitas coisas: é preciso negociar o máximo de valências, o máximo de camas, um projeto de arquitetura que possibilite a sua ampliação num amanhã, um terreno onde se possa expandir. Portanto, têm que ser garantidas, desde já, condições para um amanhã, para não ficarmos limitados. É isso que é preciso ser feito e é nesse sentido que a Comissão negociadora que foi nomeada pela Câmara, tem que efetivamente bater-se até à última e nós, portanto, precisamos também de ir sendo informados de como é que essas negociações estão a decorrer e, depois, claro, termos conhecimento dos protocolos. Mas, é preciso também ter em atenção algumas coisas: Aquela zona da Cavaleira era atingida pela servidão da Base Aérea. Todos devemos estar recordados que as licenças de habitação na zona da Cavaleira estiveram, ou estão ainda condicionadas devido a essa servidão. Quais são as implicações dessa servidão na construção do hospital? É preciso, de facto, estarmos atentos a isso para que não haja novas surpresas, como a surpresa que o Senhor Presidente, no início desta sessão nos colocou que levou a retirada dos dois pontos da ordem de trabalhos. Aliás, é importante que seja bem investigado, porque há aí qualquer coisa de estranho no meio disso tudo e é importante que esta Assembleia seja informada de tudo o que se está efetivamente a passar. Por isso, é neste sentido que nos parece importante, não perder a oportunidade e é por isso que nós iremos votar favoravelmente esta 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.-----

--- Só aqui uma nota de preocupação: Evidentemente que os terrenos estavam destinados a um parque urbano. Parece-nos que perante a importância do Polo hospitalar, a opção está clara, mas, acho que da





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte da Câmara, tem que haver a preocupação de como pode responder a esta necessidade da população de existirem também espaços verdes naquela zona. O que é que está a pensar fazer? Evidentemente, que reafirmo a prioridade dos terrenos para o hospital, mas não podemos esquecer a importância da população daquela zona em ter espaços verdes e ter zonas de lazer.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu agradeço muito a sua intervenção, porque é precisamente aquilo que nós estamos a fazer. Nós estamos a criar condições para que no futuro se possa realizar o hospital como nós desejamos. A unidade hospitalar, designação que eu prefiro em alternativa a Polo hospitalar, é o começo, ficando todas as condições garantidas para aumentar. Nós temos um terreno de 59 mil metros, sendo a ocupação da construção 22 mil metros. Daí existir muito espaço para aumentar o hospital e quando o primeiro passo da unidade estiver pronta, nós, no dia seguinte, começamos a reivindicar. Não tenho dúvidas! Quem cá estiver no dia seguinte, deve começar a reivindicar imediatamente. Isto é exatamente o que se está a fazer. Está-se a negociar com o Ministério, através dum grupo de trabalho e assim que estiver fechada a negociação divulgaremos o resultado da mesma. Temos vindo a acompanhar e podíamos falar nisso já hoje, mas eu acho que ainda não é o momento de o fazer. O momento de o fazer é quando o protocolo estiver pronto e aí será submetido à Câmara e dado conhecimento à Assembleia Municipal, porque nós temos o dever, mas, neste momento, temos o gosto que se saiba o que nós estamos a conseguir, porque aquilo que nós sabemos já conseguido, é extremamente relevante como irá ver. Agora, a filosofia é rigorosamente essa que o Senhor Deputado está a dizer.-----

--- Em relação ao parque urbano, o projeto que existia era numa pequena parte do terreno. O parque urbano da Cavaleira que estamos a fazer, como sabe, é do outro lado e é maior do que o inicialmente pensado. Portanto, aí não há défice de parque urbano, porque o hospital terá também o seu parque. 30 mil metros que terão que ser de arruamentos, que terá que ser de acessos e que terá que ser de zonas verdes. Depois temos o parque da Cavaleira que nós queremos inaugurar no 25 de abril e que é um parque fantástico. Portanto, está perfeitamente acautelado.-----

--- Quanto à Força Aérea, eu vou receber o Comandante da Base Aérea amanhã, que está perfeitamente aliado connosco. O futuro hospital fica a 3 minutos da Base Aérea e vai dispor de heliporto. Uma localização fantástica, não só para nós, como, se amanhã (e Deus permita que nunca aconteça) se houver um problema sério a nível da Área Metropolitana de Lisboa, temos ali condições únicas de suporte: temos terreno e temos a Base Aérea ao lado. É o único hospital ao lado de uma Base Aérea.-----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Não era para intervir neste ponto, mas atendendo àquela intervenção um pouco "a *latere*" entre o Deputado da minha bancada, Hernâni Carvalho e o Senhor Presidente, nós realmente votámos a favor na Câmara e continuaremos a votar a favor aqui, porque o que interessa é o objetivo final. É o hospital! Se é público, se é privado, ou se é assim-assim, o que interessa é que a população tenha a prestação dos cuidados de saúde que merece e isso para nós é razão mais que suficiente.-----

--- O **Líder do PS, Deputado António Luís Oliveira dos Santos Lopes**, referiu: Em nome do Partido Socialista e procurando centrar a questão, o que hoje nos está aqui a ser pedido e que iremos votar favoravelmente, é a possibilidade desta Revisão vir a possibilitar a concretização da obra da unidade hospitalar que entretanto se precisa. Andamos há anos e anos, todos, globalmente, a dizer que Sintra



20
14
JA
D



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

precisa efetivamente de um reforço na saúde. Quando temos possibilidade de finalmente concretizar alguma coisa, parece que “Cai o Carmo e a Trindade”, aquela “velha Sintra empata” do costume, nestas alturas vem ao de cima e mais uma vez tenta empatar. O Senhor Deputado João Silva disse haver aqui qualquer coisa estranha devido à questão que foi levantada por um Senhor advogado e esta confusão em relação aos terrenos. Eu também acho que há qualquer coisa de estranho e essa coisa estranha, gostaria que ficasse muito clara aqui, em nome do Partido Socialista. É que quem procurar fazer oposição a este Executivo à custa desta questão, não está a fazer oposição ao Partido Socialista. Está a fazer oposição aos habitantes de Sintra. Isso vai ficar bem claro, porque nós não deixaremos de o sublinhar e se alguém acha que vai cavalgar esta questão, como já percebemos aqui que alguém o procurará fazer para capitalizar votos, eu penso que irá por perdê-los porque os sintrenses não lhes perdoarão.-----

--- Não havendo mais inscrições, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta em apreço. -

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1-P/2017) – “**Apreciar e votar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2017, nos termos da respetiva proposta**”.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 39 (PS; SCMA; PSD; BE; CDS)-----

--- Votos contra: 05 (CDU)-----

--- Abstenções: 00-----

--- Esta Proposta foi aprovada por maioria.-----

--- O Líder do Grupo SCMA, Deputado António d'Orey Capucho, apresentou por escrito uma **Declaração de Voto**. (doc. nº 3)-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação, em simultâneo, os Pontos 5 e 6 da Ordem de Trabalhos.-----

--- Não havendo inscrições, passou-se de imediato à votação das propostas em apreço.-----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 933-P/2016) – “**Apreciar e votar a proposta da extinção da Empresa HPEM, EEM, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º dos Estatutos da mesma, incluindo a assunção dos ativos por parte do Município de Sintra e dos SMAS de Sintra; e tomar conhecimento, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, dos Documentos de Prestação de Contas da HPEM (sociedade em liquidação) referentes ao período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2016, nos termos da respetiva proposta**”.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 00-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

21

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade.

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1070-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de emissão de parecer favorável à criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa Oeste, nos termos da respetiva proposta”.

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 18 (PS)

--- Votos contra: 00

--- Abstenções: 26 (SCMA; PSD; CDU; BE; CDS)

--- Esta Proposta foi aprovada por maioria.

--- O Líder do Grupo SCMA, Deputado António d'Orey Capucho, apresentou por escrito uma Declaração de Voto. (doc. nº 4)

--- O Presidente da Assembleia Municipal submeteu a apreciação, em simultâneo, os Pontos 7 a 9 da Ordem de Trabalhos.

--- O Deputado Rogério Duarte Cassona, da CDU, referiu: Muito rapidamente e relativamente ao Ponto 7 da OT, no que reporta à proposta da Câmara, quero apenas relembrar que esta Assembleia já teve oportunidade, na sessão plenária de 22 de junho de 2015, de aprovar, por unanimidade, uma Proposta de Recomendação da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil, proposta esta que recomendava à Câmara Municipal de Sintra que assegurasse num espaço de tempo, tão breve quanto possível, uma equipa de Sapadores Florestais, composta precisamente por 5 elementos, por forma a dar resposta às necessidades, assegurar a limpeza e proteção da área florestal sobre a sua responsabilidade. Esta era, já em 2015, uma necessidade constatada e que urgia suprir, no sentido de se poder cumprir de forma adequada o disposto no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Posto isto, julgo que esta proposta deverá, naturalmente, merecer a devida aprovação por parte desta Assembleia, assim como merecerá também, naturalmente, a votação favorável por parte da CDU.

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta em apreço. -

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1041-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de consagração, em mapa de pessoal da autarquia para 2017, de cinco postos de trabalho na Carreira de Assistente Operacional (área funcional de sapador florestal), nos termos da respetiva proposta”.

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 00



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

.../...

SINTRA
 CÂMARA MUNICIPAL
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade -----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: Na apreciação deste ponto 8 da OT, eu queria aproveitar para sublinhar mais uma vez, agregado à dinâmica que existe entre a Câmara e as Freguesias, a importância que tem a reflexão que a Câmara deve fazer e que, segundo o que sei, até já trabalhado pela Vereadora Paula Neves, relativamente à questão dos autocarros que estão afetos às freguesias que estão, na verdade, a necessitar, eu diria, de uma grande renovação. São autocarros antigos, altamente poluentes e lembro os Senhores Deputados e desculpem a minha insistência, mas, se há ponto onde nós temos que cumprir em relação àquela questão que é o Pacto de Autarcas, os transportes é o ponto mais poluente que nós temos no concelho de Sintra em relação a infraestruturas municipais e, sublinho, que os autocarros são de 1998. Portanto, independentemente de terem já sofrido algumas remodelações, está na altura de nós pegarmos naquilo que foi um trabalho de análise da Senhora Vereadora que tem esse pelouro e começar a pensar com consistência em remodelar a frota. Começamos por aí, até porque, curiosamente surgiu agora um fundo de apoio nalgumas áreas e portanto há que aproveitar. Talvez seja altura da Câmara Municipal e dos SMAS começarem a dar "o pontapé de saída" nesse sentido. Acho que é fulcral e pensemos todos nisto. É só um sublinhado que queria deixar aproveitando esta ocasião. -----

--- Não havendo mais inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação as propostas em apreço. -----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1067-P/2016) – **"Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro para as freguesias no âmbito da disponibilização de autocarros, nos termos da respetiva proposta"**. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade -----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1030-P/2016) – **"Apreciar e votar a proposta de afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 22.978,90 m2, a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob os artigos nºs 10939, 10940, 10941, 10942, 10944, 10945, 11529 e 11530, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 4277 da freguesia de Algueirão – Mem Martins e consequente divisão do prédio em três parcelas distintas, nos termos da respetiva proposta"**. -----





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade -----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 27º, nºs 3 e 4 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª sessão extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 5**) -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 21:40 horas. -----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DOC. N.º 1

MF
JA

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

16. 01.2017

1. a) *Expediente e Informações*

1. Assembleia da União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra - Moção - pela cobertura total do concelho de Sintra por um passe social intermodal.
2. Grupo Parlamentar do PCP – Situação nos CTT – destruição dos postos de trabalho e degradação do serviço postal.
3. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Projeto de Resolução PEV - garantia de uma escola inclusiva, através da promoção da língua gestual.
4. Câmara Municipal de Sintra – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição.
5. Grupo Parlamentar do PCP - Declaração Política - trabalhadores dos CTT.
6. Área Metropolitana de Lisboa – Atas CEML.
7. Área Metropolitana de Lisboa – Atas CEML.
8. Câmara Municipal de Sintra – Ata nº 23/2016 relativa à reunião ordinária realizada em 2016.11.25.
9. Grupo Parlamentar do PCP - Voto de Saudação – 40 anos Poder Local Democrático – PJP – proteção do direito à água
10. Câmara Municipal de Sintra – Ata nº 24/2016 relativa à reunião ordinária realizada em 2016.12.06.
11. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – PJP – direito à água e ao saneamento.
12. Área Metropolitana de Lisboa – Edital nº 37/CML/2016.



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13. *Área Metropolitana de Lisboa – Atas CEML.*
14. Assembleia de Freguesia de Massamá e Monte Abraão – Moção – pela construção urgente de um Hospital público no concelho de Sintra e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde.
15. *Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça – Novas instalações do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra*
16. Assembleia de Freguesia de Massamá e Monte Abraão – Moção – 25 de novembro de 1975.
17. AML – Edital nº 01/CML/2017.
18. AML – Atas CEML.

Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares



Faleceu no dia 7 de Janeiro, no Hospital da Cruz Vermelha em Lisboa, o Dr. Mário Soares, figura cimeira da vida pública e política e uma das mais destacadas personalidades da Democracia portuguesa.

Fundador do Partido Socialista, lutador pela liberdade, pela democracia e pela plena cidadania, foi Mário Soares herdeiro dos valores republicanos do seu pai e homem de Cultura, tendo convivido com muitas das mais altas figuras da literatura, das artes e do pensamento, de António Sérgio a Jaime Cortesão, de Agostinho da Silva a Sophia de Mello Breyner. Fundador do MUD Juvenil nos auspiciosos tempos que se seguiram à II Guerra Mundial, quando a luz da democracia pareceu surgir por entre o cinzentismo dum regime autoritário e patriarcal, e que o levaria à prisão e ao exílio.

Derrubado o regime do Estado Novo, foi, juntamente com outras figuras, um dos que mais contribuiu para a estabilização e consolidação da nossa jovem Democracia.

Mário Soares, de forma muito corajosa, contribuiu decisivamente para a instauração de um regime democrático em Portugal, procurou as vias do progresso, do desenvolvimento económico, com uma forte consciência da necessidade de um Estado Social justo, afinal a via que o mobilizou para os grandes combates.

Foi ministro em vários governos provisórios e Primeiro-ministro nos I, II e IX governos constitucionais. É o Dr. Mário Soares, então Primeiro-ministro, que assina o tratado de adesão de Portugal à CEE, a 12 de Julho de 1985.

De 1986 a 1996, foi Presidente da República Portuguesa, tendo demonstrado, durante esses dois mandatos, toda a sua imensa capacidade de diálogo e de liderança.

Com o falecimento do Dr. Mário Soares, desaparece assim da vida pública portuguesa uma das mais destacadas personalidades da nossa História Contemporânea e uma das referências políticas mais elevadas do panorama nacional e internacional.

É na consciência da sua importância na vida nacional e da sua capacidade de luta pela Liberdade, pelo Direito e pela Democracia, que os Grupos Políticos abaixo referidos da Assembleia Municipal de Sintra saúdam a memória do Dr. Mário Soares, formulando um voto de profundo pesar pelo seu falecimento. A toda a sua Família, com particular sentimento aos seus filhos Isabel e João Soares, as mais respeitosas e sentidas condolências da Assembleia Municipal de Sintra.

Sintra, 7 de Janeiro de 2017

Subscvem o Voto de Pesar: Centro Democrático e Social- Partido Popular (CDS-PP); Bloco de Esquerda (BE); Partido Social Democrata (PSD); Movimento independente, Sintenses com Marco Almeida (SCMA) e Partido Socialista (PS).



Sintrensens com
MARCO ALMEIDA

PROPOSTA Nº1/2017 – REVISÃO ORÇAMENTAL

(Comparticipação financeira do Município no âmbito do Polo Hospitalar)

O Grupo Político Sintrensens com Marco Almeida votou favoravelmente a revisão orçamental que permite a participação financeira do Município de €6 milhões no âmbito do novo Polo Hospitalar, pois consideramos positivo que Sintra receba qualquer novo equipamento que possa atenuar o défice significativo do nosso Concelho no domínio da saúde.

Escusam o Presidente da Câmara e o PS de insistirem na tentativa vã de pretenderem alinhar-nos com aqueles que alegadamente se opõem a tal equipamento, adversários esses que ninguém sabe quem são, pelo simples facto de que só existem na cabeça do Dr. Basílio Horta.

Trata-se obviamente de uma manobra fracassada visando esconder a trapalhada que envolve todo este processo e que teve um novo episódio rocambolesco na Assembleia Municipal reunida nesta data com a retirada pela Câmara das propostas que visavam a cedência gratuita ao Estado dos terrenos escolhidos para a instalação daquele equipamento. Veremos quais serão as cenas do próximo capítulo deste processo.

Se é verdade que apoiamos em abstracto todo e qualquer novo equipamento de saúde no nosso Concelho, não deixamos de entender que seria exigível um novo Hospital em Sintra, conforme prometido reiteradamente por esta Câmara, mas lamentavelmente inviabilizado seja pela falta de vontade do Governo e da incapacidade negocial de quem o prometeu mas não obteve ganho de causa e tenta agora disfarçar o insucesso. Em suma, se mantemos a exigência de um novo Hospital, o fracasso da Câmara na sua obtenção não prejudica obviamente o nosso apoio a um Polo Hospitalar em alternativa àquele, apesar de este ficar aquém das legítimas expectativas e das necessidades das populações

Mas deve ficar claro que o nosso apoio a novos equipamentos de saúde em nada nos inibe de discutir e eventualmente criticar a localização, as acessibilidades, o programa funcional, as valências e tudo o mais que directa ou indirectamente

condicione um melhor serviço para os sintrenses que precisam de cuidados de saúde.

Em relação ao novo Polo Hospitalar de Sintra, para além do nosso voto favorável às alterações orçamentais que permitem cumprir a nossa participação financeira, consideramos mesmo que a localização inicialmente prevista e agora posta em causa seria apropriada. Esperemos que a Câmara possa contornar, como alega e até ameaça com processos judiciais, as dificuldades surgidas por iniciativa de proprietários dos terrenos envolvidos. Na eventual impossibilidade estaremos disponíveis para colaborar na procura urgente de uma localização alternativa, sabendo de antemão que, até hoje, a Câmara dispensa a nossa colaboração apesar de sermos a segunda força política do Concelho, com o mesmo número de Vereadores obtidos pelo PS!

Quanto aos demais aspectos do Polo que não será um Hospital de raiz, mas uma mera ramificação do Hospital Amadora-Sintra, mantemos fortes expectativas relativamente ao programa funcional, ao recurso sectorial ao Hospital de Cascais, bem como ao modelo de gestão a adoptar.

Aguardamos que o Grupo de Trabalho constituído e que conta com um representante da Câmara Municipal, da confiança do seu Presidente, nos possa submeter as conclusões a que chegou.

O GRUPO POLÍTICO SINTRENSES COM MARCO ALMEIDA

Sintra, 2017-01-16



DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta 1070-P/2016

(criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa Oeste)

A proposta supra suscita-nos as seguintes dúvidas e apreensões:

1. Como é que está previsto o reequilíbrio financeiro da concessão, caso haja modificações significativas dos pressupostos do estudo económico que serviu de base ao Contrato de Concessão incluído na proposta do Decreto-Lei? Vai ser só através das tarifas, como se indica no ponto 5 do Art.º 12º - Desvio de recuperação de gastos? Como se pode estabelecer uma eventual negociação para revisão do contrato?
2. Pela Cláusula 6ª do Acordo Parassocial, o Conselho de Administração poderá (por maioria de 5 dos 7 administradores):
  - a. Nos termos da alínea j), proceder à subconcessão, total ou parcial, da exploração e gestão do sistema, não estando definido se pode concessionar a privados?
  - b. Nos termos da alínea l), definir a localização de novas ETAR não previstas no contrato de concessão do sistema, não estando definido se deve previamente obter a aprovação dos órgãos autárquicos competentes.
3. O estudo tarifário aponta para uma evolução ao longo da concessão. A estas tarifas, vai ainda somar-se a chamada CTA - Componente Tarifária Acrescida, por razões de "sustentabilidade", que ao fim de quatro anos representa uma percentagem muito importante do total do tarifário (mais de 20%). Porém não está esclarecido se:

- 4
- a. A imposição desta CTA é externa à empresa e aos municípios, sendo ditada exclusivamente pela Entidade Reguladora (ERSAR);
  - b. A incidência desta CTA será para todos os escalões tarifários actualmente praticados pelos SMAS.

Nota: o tarifário previsto no Sistema do anterior Governo era mais penalizador, mas convém lembrar que então não havia CTA e as expectativas de crescimento económico eram mais favoráveis.

4. O plano de investimentos prevê verbas para aplicar em todos os municípios, mas não sabemos em concreto qual o total dos investimentos programados nem quais os previstos para o concelho de Sintra, nem sabemos se o plano respeita proporcionalidade do capital social. Nestes termos:

- a. A Câmara não cuidou de impor em sede de negociação os investimentos que tanto necessitamos, assim defendendo os interesses do Município e dos munícipes?
- b. Salientamos que no documento elaborado pelos SMAS com data de 25 de Novembro de 2016, no ponto 5.8 consta o seguinte: *"por outra parte, desconhecem-se quais os investimentos que se prevê realizar pelo Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e que abranjam as populações do Município de Sintra."*
- c. No parágrafo ii das Conclusões do referido documento é dito *"por estas razões, parece incompatível com os princípios da autonomia local, da descentralização territorial e da subsidiariedade da intervenção do Estado face às autarquias locais a existência de sistemas multimunicipais que interfiram nos "sistemas em baixa", que são atribuições das autarquias."*
- d. De tal documento acaba por não se perceber qual a posição dos SMAS, se a favor se contra, sendo certo que, de tudo o que nele consta, nada é francamente favorável ao sistema.

5. No Anexo III – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, prevê-se uma remuneração dos accionistas (remuneração do capital investido) com um valor de cerca de 9% ao longo da Concessão. Porém:

- a. não sabemos quanto representa exactamente para a Câmara de Sintra em cada ano.

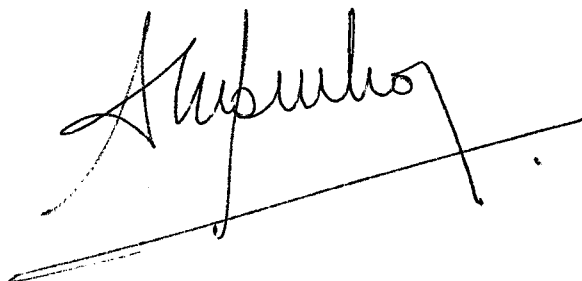
- b. 9% ao ano parece excessivo e mesmo especulativo, socialmente injusto e inaceitável, o que nos permite suspeitar que tal será uma tentação para uma futura privatização.
- c. não temos elementos que nos permitam comparar com o que seria no caso de não entrarmos no Sistema.

6. Na pg 10 do referido Anexo III refere-se que as afliências indevidas médias em "baixa" são agora estimadas em cerca de 40% e deverão tender para 33% em 2040, mas não se clarifica:

- a. qual é actualmente a percentagem de afliências indevidas em "baixa" no nosso Concelho e qual será no final da Concessão.
- b. como é que se pode admitir que com os investimentos previstos só se vai conseguir baixar em média 7%, situando-se no final da concessão a um nível ainda elevadíssimo de 33%? (este valor será "em média" para o Sistema; e para Sintra?).
- c. como é que se pode invocar a sustentabilidade nas dimensões técnico-económica, social e ambiental.

Em conclusão, não estão minimamente esclarecidas as vantagens e desvantagens de aderirmos a este Sistema, pelo que o Grupo Político Sintrenses com Marco Almeida vai abster-se nesta proposta.

Sintra, 2017-01-16





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia dezasseis do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 1ª Sessão Extraordinária convocada nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 28º e do nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 32º do Regimento. -----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2013 a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- Ponto **1.b)** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar:**-----

- **Ata nº 05/16** referente à 3ª sessão ordinária, realizada em 5 de julho; -----

- **Ata nº 06/16** referente à 4ª sessão ordinária, realizada em 15 de setembro. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- **Ata nº 05/16:** aprovada por UNANIMIDADE -----

--- **Ata nº 06/16:** aprovada por UNANIMIDADE -----

--- Ponto **2** da Ordem de Trabalhos: **"Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal"**.-----



JA



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1-P/2017) – “Apreciar e votar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2017, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 39 (PS-PSD-CDS-BE-SCMA)
--- Votos contra: 5 (CCD)-----
--- Abstenções: 0-----

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.-----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 2-P/2017) – “Apreciar e votar a proposta de autorização de cedência gratuita à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, em regime de direito de superfície e pelo período de 50 anos, prorrogáveis, de parcelas de terreno com a área total de 59.500 m2, para concretização do Polo Hospitalar de Sintra, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor:-----
--- Votos contra:-----
--- Abstenções:-----

--- Esta Proposta foi RETIRADA por-----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 933-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta da extinção da Empresa HPEM, EEM, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º dos Estatutos da mesma, incluindo a assunção dos ativos por parte do Município de Sintra e dos SMAS de Sintra; e tomar conhecimento, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, dos Documentos de Prestação de Contas da HPEM (sociedade em liquidação) referentes ao período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2016, nos termos da respetiva proposta”.-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

LA



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1070-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de emissão de parecer favorável à criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa Oeste, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 18 (PS) -----

--- Votos contra: -----

--- Abstenções: 26 (SCHIA - PSD - CDU - CDS - BE) -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA. -----

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1041-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de consagração, em mapa de pessoal da autarquia para 2017, de cinco postos de trabalho na Carreira de Assistente Operacional (área funcional de sapador florestal), nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1067-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro para as freguesias no âmbito da disponibilização de autocarros, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1030-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 22.978,90 m2, a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana sob os artigos nºs 10939, 10940, 10941, 10942, 10944, 10945, 11529 e 11530, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 4277 da freguesia de Algueirão – Mem Martins e consequente divisão do prédio em três parcelas distintas, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 1055-P/2016) – “Apreciar e votar a proposta de desafetação ao domínio público municipal para integração no domínio privado municipal de três parcelas de terreno no âmbito da alteração aos alvarás de loteamento nºs 18-1996, 2-1997 e 4-1997, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Votos contra: _____
--- Abstenções: _____

--- Esta Proposta foi RETIRADA por _____

--- Sintra, 16 de janeiro de 2017. _____

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL